

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cassia Cristina Bordini Pirolo
UEL - cassiabordini@seed.pr.gov.br

Celia Regina Vitaliano
UEL - reginavitaliano@gmail.com

Nilton Munhoz Gomes
UEL - niltonmunhozgomes@gmail.com

Eixo 4: Educação Inclusiva

Resumo

A proposta da Educação Inclusiva (EI) teve seu marco histórico na década de 90, com base em pressupostos como o direito humano e o combate à exclusão educacional. O objetivo deste artigo foi o de analisar a concepção que, professores de Educação Física (EF), apresentam sobre a EI. Os dados foram coletados por meio de entrevista individual, analisados qualitativamente e organizados em categoria conforme a proposta de análise de conteúdo de Bardin (2004). Os participantes da pesquisa foram quatro professores de EF, que atuavam no ensino fundamental II e que no momento da pesquisa tinham alunos com deficiência incluídos em suas aulas. Concluímos que os quatro professores de EF não têm entendimento sobre a EI, no que diz respeito a direito humano e combate à exclusão escolar. Sugerimos ciclos de estudos para melhorar o entendimento destes professores sobre a proposta da EI.

Palavras-chave: Combate à Exclusão Escolar. Direito Humano. Educação Inclusiva.

Introdução

A proposta da EI surgiu com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, (UNESCO, 1994), resultando na Declaração de Salamanca, que propõe combater a exclusão escolar proclamando que as escolas devem “acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas, culturais ou outras”, que segundo Rodrigues (2003) altera o paradigma de escola integrativa para escola inclusiva.

No Brasil, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) nº 9.394/1996, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), publicada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008), legitima-se a proposta da EI, pelo menos no âmbito teórico.

A publicação da PNEEPEI (2008) compreende a EI como:

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

[...] um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ou contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Na citação acima percebemos que, a EI é entendida como um paradigma educacional, ou seja, um modelo educacional a ser seguido, ao qual todo ser humano tem o direito e que visa combater a exclusão escolar.

Ainscow (2009), Brasil (2008) e Silva (2011) comungam que, a educação é um direito básico do ser humano e acrescentam que, contribui para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir da afirmativa dos autores, depreendemos que, as escolas devem estar abertas para acolher e escolarizar todas as pessoas, independente das suas dificuldades, diferenças e potencialidades.

Considerando a prerrogativa de que a EI deve proporcionar que todos estudem juntos, um de seus objetivos é, segundo Silva (2011, pp. 120 e 121), além de apenas proporcionar aos alunos um espaço comum, “[...] proporcionar-lhes, também, oportunidades para que façam aprendizagens significativas [...]”, em todos os componentes curriculares da Educação Básica.

Como componente curricular da Educação Básica, a EF em 1987, iniciou a preocupação com a prática de esportes para pessoas que adquiriram deficiência por conta da Segunda Guerra Mundial, como forma de reabilitação. Oficializado pela Resolução nº 3 de 87 do Conselho Federal de Educação, o termo Educação Física Adaptada (EFA), passou a integrar os cursos de ensino superior. Pedrinelli e Verenguer (2008, p. 4) consideram que a EFA “[...] é uma parte da Educação Física cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas.”

Atualmente os acadêmicos do curso de EF, recebem em sua formação inicial, a disciplina EFA, Educação Física Especial, Educação Física Diferenciada, entre outras denominações de acordo com Pedrinelli e Verenguer (2008), que deve, ou deveria, abordar o tema da inclusão escolar. Baumel e Castro (2002 citados por Greguol, Malagodi e Carraro, 2018), Boato, Sampaio e Silva (2012) e Rodrigues (2008) consideram que a oferta da disciplina EFA tem sido considerada um grande avanço nos cursos de formação inicial, mas mesmo assim, Rodrigues

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

(2008, p.12) adverte que “[...] uma disciplina isolada das demais não é uma contribuição à partida para a criação de ambientes inclusivos” e pontua que não deve haver nos currículos dos cursos de formação uma disciplina isolada das demais, sugere o diálogo entre todas as disciplinas do curso e a necessidade de que todas elas tratem da proposta da inclusão escolar. Araújo, Gomes e Zeferino (2014) sugerem que os conteúdos da educação especial devem estar presentes em todas as disciplinas, e os problemas que se estudam na formação inicial estão distantes da urgência a uma resposta imediata e concreta à inclusão.

Por fim, este artigo foi idealizado a partir da coleta de dados, de uma pesquisa de mestrado que estamos realizando, que se estrutura em 4 fases: pré-fase, fases I, II e III. Após a coleta de dados da fase I, por meio de entrevista individual, realizada com professores de Educação Física, optamos analisar o entendimento que estes apresentavam sobre a EI.

Objetivo

Com este artigo objetivamos analisar a concepção que, professores de Educação Física, apresentam sobre a EI.

Metodologia

Caracterização da pesquisa

Este estudo é de natureza descritiva e analisa os dados de forma qualitativa por meio de categoria, para Bardin (2004, p. 108) este tipo de análise permite a “[...] elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência [...]”, por parte do pesquisador.

Procedimentos

Esta pesquisa está em andamento e foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina, por meio do Parecer nº 3.047.530, em janeiro de 2019. Participaram deste estudo quatro professores de EF, que atuavam no ensino fundamental II, em um colégio da rede estadual de ensino, em uma cidade de pequeno porte, no interior do Paraná. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista aplicado pela pesquisadora, aos professores participantes,

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

individualmente, no próprio local de trabalho, com 25 perguntas, em fevereiro de 2019. As respostas foram gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora. A pergunta de número 13, e suas respectivas respostas foram selecionadas para compor este trabalho: o que você entende por Educação Inclusiva?

No quadro 1 apresentamos as características de formação profissional dos participantes da pesquisa nomeando-os como: P1, P2, P3 e P4, contendo descrição sobre sua formação: graduação, disciplina cursadas durante a formação inicial e as pós-graduações cursadas na formação continuada.

Quadro 1 – Características de formação profissional dos participantes da pesquisa

Participantes	Graduações	Disciplina cursada na formação inicial	Pós-graduações	Disciplina/modalidade ministrada
P1	- Educação Física	Educação Física Especial	- Educação Física Escolar: Metodologia do Ensino Fundamental e Médio - Educação Especial	- Educação Física - Educação Especial
P2	- Educação Física - Arte - Pedagogia	EFA	- Educação Física Escolar, - Educação Especial - Gestão Ambiental	- Educação Física - Arte
P3	- Educação Física	EFA	- Educação do Campo - Educação Especial - Arte e Educação	- Educação Física
P4	- Educação Física	EFA	- Educação Especial - Educação Ambiental	- Educação Física

Fonte: os próprios autores

Tratamento dos dados

Os resultados foram analisados e organizados em categorias segundo as orientações de Bardin (2004). De acordo com a autora (p. 27, grifos da autora), “A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*”.

Resultados e discussões

Considerando o objetivo proposto e as características dos dados, derivados das análises das entrevistas, apresentamos a organização dos resultados

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

em uma categoria – 1) entendimento sobre a EI, dividida em duas subcategorias - 1.1) educação inclusiva como direito humano e 1.2) educação inclusiva no combate à exclusão escolar.

1) Entendimento sobre a EI

Para discorrer sobre a EI, selecionamos o conceito publicado na PNEEPEI (Brasil, 2008) como já citado anteriormente e também indicado por Cunha e Gomes (2017) em um de seus trabalhos, como sendo o mais atual e adequado. Utilizaremos este conceito e alguns fragmentos das falas dos participantes para a nossa discussão.

Levando em consideração dois aspectos fundamentais da proposta da EI, “direitos humanos” e o “combate à exclusão escolar” apresentamos as nossas discussões.

1.1) Educação Inclusiva como Direito Humano

Para Ainscow (2009), PNEEPEI (2008), Salamanca (1994) e Silva (2011) a educação é um direito básico do ser humano. Nesta perspectiva a EI apresenta-se como uma nova proposta educacional que dá o direito de todo ser humano, frequentar a escola regular e se apropriar dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

A partir disso, apresentamos um fragmento da fala de P4 quando questionamos sobre o que entende por EI:

Ah, eu não concordo! Desculpa! Eu como professora não concordo!

P4 não responde ao nosso questionamento, e logo afirma não concordar com a proposta da EI. Desta forma podemos inferir que não aceita os pressupostos da EI, não conhece o conceito sobre a proposta da EI, no que tange aos direitos humanos, e também não considera que a educação seja um direito de todos os seres humanos, mas de alguns.

A análise da nossa pesquisa se identifica com o resultado de uma pesquisa realizada por Carvalho et al. (2017), com 56 acadêmicos do curso de licenciatura em EF da universidade pública do estado de São Paulo/SP, na qual os resultados mostraram que apenas 5% dos acadêmicos entrevistados, ou seja,

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

aproximadamente três acadêmicos, apresentaram um conceito completo de EI. Nota-se como é baixo o número de professores de EF, ou futuros professores, que têm um entendimento completo sobre a EI.

Pontuamos, nesta subcategoria, que é limitado, senão nulo, o conhecimento de P4, sobre a proposta da EI, na perspectiva do direito humano (PNEEPEI, 2008). O fato de P4 ter cursado, na formação inicial, a disciplina EFA, e na formação continuada cursado pós-graduação em Educação Especial, parece não ter contribuído para o entendimento de que a EI é um direito humano.

1.2) Educação Inclusiva no Combate à Exclusão Escolar

Para caracterizar a proposta da EI e combater a exclusão educacional, na Declaração de Salamanca (1994, s/n) lê-se que, as escolas devem “acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas, culturais ou outras” e a PNEEPEI (2008), acredita que este paradigma educacional poderá avançar no combate da exclusão escolar.

Assim, destacamos as falas de P3 e P1, respectivamente:

[...] deveria acolhê-los né, e trabalhar dentro dos limites deles, mas na verdade a escola recebe... (risos) e deixa... (risos) acontecer né, num trata assim... Já que é pra incluir [...]

Aquele processo de ignorância: ele ignora a aula, o professor ignora ele [...]

P3 concorda que a escola regular deveria os acolher e estudarem juntos com os demais, mas que na sua visão os deixa a mercê, não “trata”, melhor dizendo, não intervêm para que o aluno se aproprie de aprendizagens que sejam significativas. P1 apresenta uma fala não muito diferente de P3, quando cita o processo de ignorância, o aluno ignora o professor e o professor ignora o aluno. Como se um ou outro não estivessem no ambiente de sala de aula. Poderíamos denominar esta situação de exclusão na escola?

Dall’Acqua e Vitaliano (2010, p. 25) explicam esta situação “De certa forma, a escola organizou-se historicamente para ser indiferente às diferenças, com práticas homogêneas, fato que contrasta com a proposta da educação inclusiva que

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

prevê o atendimento e respeito às diferenças[...]”. Para as autoras a proposta da EI é de acolhida a todas as pessoas, que ao contrário do padrão estabelecido, apresentam alguma condição considerada como diferente e que, historicamente foram excluídos da escola.

No fragmento da fala de P2, abaixo, percebe-se que a sua visão é de que, o atendimento para o público alvo da EI, é atribuição do atendimento educacional especializado, oferecido em sala de recursos multifuncional, oferecido por um professor especialista em Educação Especial e a depender das condições, ainda defende a segregação em escola especializada em Educação Especial, no caso cita a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Apresentamos um fragmento da fala de P2:

Por isso que tem aí a sala de recursos, se for um caso a mais tem a APAE, acredito que é meio por aí.

Para Michels e Garcia (2014) é preciso romper com a existência de dois sistemas de ensino, uma rede regular e uma rede de instituições de educação especial. Para Rodrigues (2005, p. 60) todos os alunos devem estudar em uma única escola, que a proposta da educação agora, é para todos, e que, sendo assim, não será mais possível manter “[...] um desenvolvimento curricular único, com o de aluno padrão e estandardizado, de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução.”

Com as orientações de Rodrigues (2005) não podemos pensar em manter a escola como está, é necessária mudança, e é possível perceber a resistência na fala de P4:

Eu acho que não veio pra melhorar o ensino. Não veio pra melhorar o ensino. Veio pra dar mais trabalho pro professor do regular.

Nesta subcategoria, evidenciam-se pelos relatos de todos os participantes, a falta de conhecimento da proposta da EI com relação ao combate à exclusão escolar. Rodrigues (2005, p.47) cita que a inclusão está situada entre grupos que “[...] a consideram uma utopia, outros uma mera retórica e outros ainda, uma “manobra de diversão [...]”.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Por meio das análises dos relatos de P3 e P1 identificamos que as escolas estão matriculando todos os alunos, mas ainda ignoram e excluem das atividades os alunos que apresentam deficiência, especialmente, aqueles que foram em outros tempos atendidos exclusivamente em escolas ou salas especiais.

P2 concorda que deve permanecer dois sistemas de ensino para encaminhar aqueles que não se adequam na escola regular, ou na melhor das hipóteses o aluno poderá freqüentar a sala de recursos multifuncional. Nota-se que P2 não se percebe no processo de ensino e aprendizagem dos alunos que apresentam deficiência, exime-se desta responsabilidade.

Para P4, a proposta da EI veio para atrapalhar o ensino e a aprendizagem daqueles que querem aprender. Percebe-se mais atarefada com os alunos incluídos em sala de aula. Pontuamos que P1, P2, P3 e P4, manifestam em seus discursos palavras e expressões de manutenção da exclusão na escola. Lembramos que P2, P3 e P4 cursaram na formação inicial, a disciplina EFA e P1 cursou a disciplina Educação Física Especial e todos cursaram na formação continuada a pós-graduação em Educação Especial. Cabe então uma questão: que formação será suficiente para o professor desenvolver uma compreensão adequada, acerca da EI e atuar de modo a efetivá-la?

Conclusões

Notamos, pelos relatos que os participantes da nossa pesquisa não entendem a proposta da EI, como sendo uma proposta de educação para todos os seres humanos e uma ação contra a exclusão histórica educacional, quando relacionadas com a literatura científica, mesmo tendo na formação inicial uma disciplina relacionada à inclusão escolar, EFA ou Educação Física Especial, e todos tendo cursado na formação continuada, pós-graduação em Educação Especial.

Consideramos que os resultados da pesquisa podem contribuir para que, os cursos de formação de professores de EF, enfatizem o aspecto da inclusão escolar na disciplina de EFA. Acreditamos ser necessário rever a estrutura curricular da disciplina EFA, com relação ao conceito de EI. Sugerimos a condução dos acadêmicos a uma reflexão mais profunda sobre o direito humano e o combate à

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

exclusão escolar, para possivelmente mudar os discursos e as ações dos futuros professores de EF.

Sugerimos, para os participantes, uma formação teórica sobre o conceito da proposta da EI, com base nos pressupostos do direito humano e no combate à exclusão escolar, por meio de ciclo de estudo, no local de serviço, refletindo sobre as condições e situações ocorridas do próprio trabalho, conforme sugere Ibiapina (2008).

Concluimos que os professores de EF, do ensino fundamental II, da instituição de ensino pesquisada, não têm clareza na compreensão da proposta da EI, na perspectiva de direitos humanos e do combate à exclusão escolar.

Referências

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O. et al. (Orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009, pp. 11 - 24.

ARAÚJO, K. T.; GOMES, N. M.; ZEFERINO, J. O reflexo da matriz curricular no estágio em educação física na educação especial: concepções discentes. **Anais do X Seminário internacional de Educação Física, lazer e saúde (SIEFLAS)**, Florianópolis, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Paris, 2004. pp. 223.
BOATO, E. M.; SAMPAIO, T. M. V.; SILVA, J. V. P. Capacitação de professores para inclusão de pessoas deficientes nas aulas de educação física. Desafio Singular- Unipessoal, Lda Vila Real, Portugal. **Motricidade**, 2012, vol. 8, n. S2, pp. 891-900. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273023568113>. Acesso em: set. 2018. pp. 891-900.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Portaria ministerial 948, de 09 de outubro de 2008**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014-pdf/16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014>. Acesso em: abr. 2015.

_____. **Resolução nº 3 de 1987**. Conselho Federal de Educação. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Disponível em: http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf. Acesso em: set 2019.

CARVALHO, C. L. et al. A percepção dos discentes de Educação Física sobre a inclusão escolar: reconstruções por intervenção na formação inicial. **Motrivivência**, v. 29, n. 50, p. 153-169, maio/2017. Disponível em:

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n50p153>. Acesso em: set. 2019. pp. 153-169.

CUNHA, R. F. P.; GOMES, A. L. L. Concepções de professores de educação física sobre inclusão escolar. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: set. 2019. pp. 414-429.

DALL'ACQUA, M. J. C.; VITALIANO, C. R. Algumas reflexões sobre o processo de inclusão em nosso contexto educacional. In: VITALIANO, C. R. (Org.) **Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Londrina: EDUEL, 2010, pp. 19-30.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física: atitudes de professores nas escolas regulares. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.24, n.1, Jan.-Mar., 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382018000100033&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: set. 2018. pp. 33-44.

IBIAPINA, I. M. L. M. **Pesquisa colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimento. Brasília: Líber Livro, 2008.

MICHELS, M. H.; GARCIA, R. M. C. Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 34, n. 93, 2014. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: jul. 2018. pp. 157-173.

PEDRINELLI, V.J.; VERENGUER, R. C. G. Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Orgs). **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2ª ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2008. pp. 1-27.

RODRIGUES, D. A educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFeInclusaoDavidRodrigues.pdf>. Acesso em: set. 2018. pp. 67-73.

RODRIGUES, D. Desenvolver a Educação Inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional. Inclusão. **Revista de Educação Especial**, v.4, n.02, jul./out. 2008. Brasília: Secretaria de Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=401-revista-inclusao-n-6&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: mai. 2018. pp. 7-17.

RODRIGUES, D. Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade. In: RODRIGUES, D. et al. (Orgs). **Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais**. Santa Maria, Ed. UFSM, 2005, pp. 45-63.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

SILVA, M. O. E. da. Educação inclusiva – um novo paradigma de escola. **Revista Lusófona de Educação**, v. 19, 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n19/n19a08.pdf>. Acesso em: jan. 2018. pp. 119–134.

UNESCO. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**. CORDE. Brasília: Ministério da Justiça, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: mar. 2018.